



# As terras de quilombos

são territórios étnico-raciais com ocupação coletiva baseada na ancestralidade, no parentesco e em tradições culturais próprias. Elas expressam a resistência a diferentes formas de dominação e a sua regularização fundiária está garantida pela Constituição Federal de 1988.

O Decreto 4.887/2003 define que o INCRA é o órgão federal responsável pela titulação dos quilombos, com competência concorrente do Distrito Federal, estados e municípios. Para fins de regularização fundiária, o INCRA elabora Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) que reúnem informações fundiárias e cadastrais das famílias, bem como a caracterização antropológica, histórica, econômica e ambiental da área quilombola. Esse trabalho tem gerado um grande acervo de dados, registrando de maneira inédita um arcabouço de manifestações e características dos quilombos nos períodos escravocrata e pós-escravocrata.

O objetivo da parceria entre INCRA, NEAD (SEAD) e UFMG é sistematizar e dar publicidade às informações contidas nos RTIDs, em muitos casos ignoradas pela historiografia oficial. Esse material, registrado no âmbito dos processos administrativos do INCRA, foi transposto para uma linguagem acessível, com o apoio de diversos colaboradores, destacando-se os autores das etnografias dos RTIDs. Os livretos trazem também depoimentos dos próprios quilombolas. Eles testemunham a continuidade de uma luta fortalecida pela esperança de que o conhecimento de sua história garanta finalmente a compreensão da legitimidade de seu pleito pela titulação.

A publicação dos livretos visa, assim, a contribuir para o reconhecimento das comunidades quilombolas, estimulando a difusão de informações qualificadas sobre elas. Reunidas nesta Coleção, as histórias de resistência quilombola agora podem ser conhecidas mutuamente pelos quilombolas das diversas regiões do país. Espera-se também que este material forneça a gestores públicos, educadores, pesquisadores e demais interessados informações acessíveis sobre essas comunidades.



# Comunidade Quilombola Pirangi

O Quilombo Pirangi está localizado na Bacia do Rio Japarutuba, no município de Capela, ao norte do estado de Sergipe. A comunidade quilombola é formada por mais de 40 famílias, unidas em torno do trabalho na terra, seu meio de sobrevivência. A área total do território de Pirangi é de aproximadamente 128 hectares, dos quais 71,37 foram titulados pelo Incra em 5 de dezembro de 2013.

O município de Capela foi importante região açucareira no período colonial. Os engenhos de cana-de-açúcar, que mais tarde deram lugar a usinas de açúcar, eram inteiramente sustentados pela mão de obra escravizada, fazendo com que em dado período a população



de cativos fosse maior que a de brancos livres. Após a Abolição, os ex-escravizados de Capela passaram a morar em locais próximos aos engenhos. Alguns continuaram trabalhando para seus antigos senhores, morando nas mesmas fazendas. Outros saíram a busca de trabalho em fazendas da região, recebendo remuneração muito baixa ou, por vezes, apenas comida.

Quando os engenhos deram lugar às usinas de açúcar, muitos descendentes dos escravizados passaram a trabalhar como assalariados ou como fornecedores de cana-de-açúcar, a matéria prima. Ao longo desse período de insegurança, os trabalhadores rurais – sem terra própria e dependendo da oferta sazonal de trabalho nas usinas – migravam em busca de oportunidades para conseguir meios para suas famílias sobreviverem. Moravam em povoados localizados entre as fazendas ou foram residir na periferia da sede do município.

No começo da década de 1990, algumas famílias afrodescendentes se uniram para formar uma Associação Agrícola e lutar por uma terra onde pudessem realizar sua vocação. A escassez de terras para o plantio de subsistência era um problema que compartilhavam ao longo de sua história. A memória da escravidão motivou a mudança da Associação Agrícola para Comunidade Quilombola Pirangi, por meio da qual refizeram a sua luta, agora uma demanda por um território quilombola.

Uma das fazendas históricas do município, a Fazenda Pirangi, teve um percurso particular que possibilitou a comunidade a dar início ao seu pleito. Abandonada por muitos anos, passou ao domínio público e, nesse contexto fundiário mais favorável à concessão de terras, os moradores puderam ver a sua reivindicação encaminhada. Ao invés de demandar lotes individuais nos moldes de uma reforma agrária tradicional, os quilombolas preferiram requerer a titulação coletiva como território quilombola, adequando o perímetro para garantir a sobrevivência das famílias.

## Breve histórico de Capela

A Freguesia de Nossa Senhora da Purificação de Capela, fundada no século 18, foi uma região administrativa com forte influência política na época colonial. Famosa pela produção e o beneficiamento de cana-de-açúcar durante todo o século 19, a Freguesia chegou a ter 110 engenhos de açúcar. A importância da sua produção açucareira permitiu que a Freguesia de Capela conquistasse o título de cidade em 1888.

No período anterior à Abolição, a região de Capela era alvo de preocupação das autoridades de Sergipe por conter um dos 17 quilombos considerados “problema social, político e econômico”, cujos acampamentos mudavam constantemente de lugar. **A região de Capela foi citada pelo famoso quilombola João Mulungu em um interrogatório policial de 1876. No depoimento, ele afirma que depois de sua fuga estaria vivendo em ranchos (quilombos) nas matas da região. O primeiro dos ranchos que habitou ficava em Boa Vista, próximo à Vila de Capela.** Lá vivia com dois outros fugidos. Furtavam bois, galinhas, ovelhas e outros animais para se alimentar.

O vínculo com a memória da escravidão pode ser visto nos livros de batismo do século 19 da Paróquia de Capela, que mostram, além da data e local de nascimento de antepassados dos atuais moradores, o nome do senhor que os mantinha cativos. Permanece na recordação de muitas pessoas do município de Capela a forte relação dos engenhos e usinas de açúcar com a escravidão e a resistência quilombola. **O tempo da escravidão ainda é lembrado, por exemplo, no modo como os quilombolas que moram nas fazendas se referem às suas casas como senzalas, ou os coordenadores das usinas de açúcar de feitores.** A forte herança negra no município de Capela também pode ser vista em várias expressões culturais afro-brasileiras como, por exemplo, o Samba de Coxa, Samba de Roda, além de uma grande diversidade de terreiros de Candomblé e Umbanda.



Mapa indicando os engenhos da região de Capela e as rotas de quilombolas antes da Abolição. Fonte: Mapa de Bloem, 1844.

A maioria das atuais famílias do Quilombo de Pirangi descende de escravizados de dois antigos engenhos de Capela, localizados próximos um ao outro: o Engenho Saco da Lagoa (parte do qual passou a se chamar Fazenda Pirangi) e o Engenho Saco do Rio (que passou a se chamar Fazenda Palmeira). Nessas atuais fazendas ainda é possível ver as ruínas das senzalas usadas na época da escravidão.

Conta-se que nas terras do antigo Engenho Saco do Rio existia um rancho de quilombolas conhecido como “os negros de Rufino”. Negro Rufino é mencionado em histórias contadas na cidade de Capela. Dona Maria, descendente de Rufino, conta:

Nasci lá no Saco do Rio, bem na frente do Pirangi. As casas ficavam lá embaixo da fazenda. Era uma senzala; as casas de barro batido na parede e no chão. Minha mãe foi filha de escravo. Sou da família dos negos de Rufino. Já morreu muita gente. Lá, nos festejos de São João e de Natal tinha muito samba de coco.

(Entrevista concedida a Maria Auxiliadora de Santana em 2010.)

Dona Maria, de 87 anos, lembrou, em depoimento dado em 2011: Quando me dei por gente ali chamava assim: Saco da Lagoa. Era o Saco da Lagoa. Nós morávamos ali embaixo, nuns barracos de palha do outro lado da pista. Não tinha pista. Era tudo mato. E vinha pegar água naquela lagoa lá embaixo.

## Engenhos, fazendas, usinas e povoados – o destino dos trabalhadores

Depois da Abolição, os ex-escravizados enfrentaram muitas dificuldades para sobreviver e estabelecer moradia autônoma. Mesmo os que permaneceram nos engenhos e fazendas de antigos senhores, tinham que procurar trabalho em outras fazendas, percorrendo a pé grandes distâncias. A remuneração era muito baixa, às vezes se restringia a farinha de mandioca e carne seca. Os que moravam nos engenhos, podiam continuar a trabalhar na agricultura. Muitos aceitaram o acordo proposto pelos fazendeiros de cultivar “de meia”, em que podiam plantar uma área de terra por um ano e em troca deixavam o terreno limpo para os proprietários botarem capim para o gado. A pastagem foi tomando o lugar da cana-de-açúcar na paisagem.

A irregularidade da oferta de trabalho levava os trabalhadores a migrarem constantemente de um lugar a outro em busca de emprego. “A gente ia onde tivesse cana pra moer. E quando dava, plantava um milho ou outro nos pedaços de terra que o dono deixasse”, disse



Sr. Severino Faustino de Barros. Essa experiência marcou a vida de muitas famílias negras de Capela.

Nas mudanças de lugar em lugar, os ex-empregados sempre pediam autorização aos donos da terra para plantar milho. O senhor Severino Faustino de Barros reitera: “A gente tinha que ir onde tinha trabalho. Nós não podíamos morrer de fome”. Muitas famílias mudaram-se para a periferia de Capela. A migração ficou registrada na cidade, nas ruas que trazem em seu nome a referência à usina de origem de trabalhadores que ali se instalaram. Por exemplo, a Rua do Proveito, onde se abrigaram os trabalhadores vindos da Fazenda Proveito.

O município de Capela é formado por fazendas, originárias de engenhos coloniais, usinas de açúcar, também sucessoras dos antigos engenhos, e mais de 40 povoados, formados a partir do processo de perambulação dos trabalhadores sem terra. Vários povoados são reconhecidos por sua ancestralidade negra, como Cantinhos, Barracas, Igrejinha, Cantagalo, Tamanduá, Pedras, Cuminho e Terra Dura. Muitos quilombolas de Pirangi nasceram, moraram e trabalharam em, pelo menos, uma das grandes fazendas de monocultura de cana-de-açúcar. Os povoados estão concentrados entre os limites dessas fazendas que sucederam os antigos engenhos. Entre as fazendas mais importantes estão Palmeira, Resende, Recurso, Proveito, Vassouras, Flor do Rio, Lavagem, Noruega, Patrício, Quiti, Formigueiro e Carvão.

O senhor João Sabino contou, em 2010:

Trabalhei nos canaviais, abrindo valeta, cortando cana nos engenhos todos. No Formigueiro ainda fui feitor. A minha avó foi escrava, por parte de mãe. Meu pai trabalhava o dia todo e comia jenipapo... Trabalhava nos engenhos...

E o senhor Edson Andrade, conhecido como Pai Veio, falou sobre sua família também em 2010:

O meu pai trabalhava no campo, na Fazenda Palmeira, depois foi para o Rezende (Fazenda Rezende), depois na Usina Proveito, Vassouras e Santa Clara. Eu, que trabalhei no campo, plantando cana, cortando... Moramos



muito tempo nas terras do (engenho) Saco do Rio (hoje Fazenda Palmeira)... hoje as casas já caíram tudo. Sou filho de Luiz Rufino, família de negro.

## De engenho a fazenda

Se ao longo de todo século 20 a escassez de trabalho foi uma constante na vida dos trabalhadores rurais de Capela, o fechamento de usinas de açúcar da região, durante a década de 1980, gerou uma situação de desemprego generalizada no município.

Diante desse quadro, os trabalhadores saíram em busca de alternativas para garantir sua subsistência. Com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Capela e apoio da Delegacia do Ministério da Agricultura em Sergipe, alguns daqueles trabalhadores rurais desempregados ocuparam uma fazenda da região, chamada Pirangi. A fazenda foi escolhida por estar abandonada e guardar relações com o passado de muitos dos trabalhadores negros que a pleitearam.

A Fazenda Pirangi originou-se do Engenho Saco da Lagoa, que operava nos moldes escravocratas. Os últimos proprietários do Engenho, o sr. Ioiô Dórea e família, saíram no começo do século 20, indo morar em Aracaju e Salvador. A propriedade foi vendida por herdeiros de Dórea ao município de Capela em 1948, quando passou a ser chamada Fazenda Pirangi. Em 1970, o município doou a fazenda para o Ministério da Agricultura, com certidão de doação lavrada em cartório constando 200 tarefas de terras (em Sergipe uma tarefa corresponde a 3.025 m<sup>2</sup>). Para além dos documentos oficiais, os moradores de Pirangi afirmam que antigamente a fazenda era maior do que consta na escritura. Durante muitos anos, a fazenda ficou abandonada, razão pela qual foi ocupada para os quilombolas para desenvolver suas culturas de subsistência.

Em 1987, uma parceria entre o Sindicato de Trabalhadores Rurais, a Emater-SE e o INCRA apoiou essas famílias, distribuindo ferramentas agrícolas. Depois da medição do território, acordaram que o

plantio seria feito nos dois anos seguintes em 60 hectares da fazenda. Em 1993, a então prefeita Aureliana Sobral fez várias parcerias para a recuperação de parte da área da Fazenda Pirangi. Nesse período, a Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (Prone-se) elaborou projetos de piscicultura e de criação de suínos, ovinos e caprinos.

Outras ações desenvolvidas em Pirangi incluíram: a reforma da casa que servia de moradia para técnicos da Emater-SE, construção da cerca da fazenda, instalação de energia elétrica, canalização de água, substituindo o abastecimento por poços artesianos, e a adaptação de um dos poços para a piscicultura. Também foram oferecidos cursos profissionalizantes, como de preparação de doces e processamento de polpas de frutas.

## De fazenda a quilombo

Nos anos 1990, através do programa PROPREF Rural (Programa de Cooperação e Intercâmbio com as Prefeituras), foi feita uma parceria com a Universidade Federal de Sergipe (UFS) para viabilizar as atividades de extensão do curso de Engenharia Agrônômica tendo como laboratório a Fazenda Pirangi.

Foram feitos projetos para o cultivo de árvores cítricas e outras árvores frutíferas, piscicultura e criação de caprinos, suínos e outros. Com essa parceria, foi regularizado um sistema de trabalho coletivo no qual as famílias de Pirangi se dividiram em três grupos, sob a coordenação de uma equipe da Universidade e da Emdagro (antiga Emater-SE). Nessa época, as famílias da Fazenda Pirangi receberam vários cursos e treinamentos de capacitação, versando sobre técnicas de cultivo, criação e produção.

A “equipe da universidade” deixou legado importante: ajudou o grupo de trabalhadores a fundar a Associação Agrícola Pirangi. Criada em 1994, tinha por objetivo permitir o cadastro dos associados – na época 54 famílias – no Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Capela e assim receber autorização para cultivar na Fazenda

Pirangi. Inicialmente as famílias só podiam plantar milho, mandioca e feijão. Essa restrição era feita para evitar que o cultivo de plantas perenes permitisse que as famílias pleiteassem o usucapião das terras. Anos depois, obtiveram permissão para plantar qualquer gênero alimentício.

Posteriormente, a Associação Agrícola Pirangi transformou-se em Associação Quilombola Pirangi. Segundo dois moradores de Pirangi, Dona Dulce e Sr. Neto Washington Cunha dos Santos, alguns professores e membros da equipe da UFS foram importantes para o processo de formulação do pleito territorial, auxiliando o Quilombo Pirangi a “perder o medo e brigar por direitos”. Dentre eles, está Tereza Cristina Martins, hoje professora da UFS. De acordo com seu relatório de 1995:

A trajetória de vida dos trabalhadores rurais de Pirangi sempre esteve vinculada à terra. Desde muito cedo, aprenderam que ela é fonte de vida. Contudo, também esteve vinculada à dependência de grandes proprietários, pois não possuíam o bem maior: a terra. Os canaviais e usinas de Capela contam a história de exploração e opressão vivida por estes trabalhadores. Embora supostamente a escravidão há muito tenha chegado ao seu fim, suas relações de trabalho sempre entremearam estes limites. É neste sentido que, ao falarem destas,



referem-se em geral ao “feitor”, à “senzala” e ao usineiro como um quase “senhor”. Falam ainda dos muitos direitos negados, entre os quais, o salário.

Essas transformações que ligam o Engenho Saco da Lagoa ao Quilombo Pirangi, passaram pelo espaço da antiga casa-grande. De residência dos senhores de escravos e sede de fazenda, acolheu técnicos da Emater-SE e depois o laboratório da Universidade. Hoje é a sede da Associação Quilombola Pirangi. Lá os quilombolas fazem as suas reuniões e usam a cozinha para fazer comida para quem está trabalhando em áreas próximas.

## Os usos da terra

Apesar da maior parte das famílias que formam a Comunidade Quilombola de Pirangi não morar na Fazenda Pirangi, é lá que possuem as suas áreas de cultivo. A maioria mora no Povoado Igrejinha, outra parte mora na periferia do município de Capela.



Grupo de trabalho coletivo em Pirangi



Casa na área de baixo em Pirangi

Durante a vigência do projeto de parceria da Prefeitura de Capela com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais na década de 1980, foram estabelecidas duas áreas de cultivo, chamadas de *área de baixo* e *área de cima*. A área de baixo foi dividida em lotes individuais para o cultivo das famílias. Essas terras ficam na área mais acidentada da Fazenda Pirangi, com trechos onde o solo é pobre. Além disso, cada lote têm entre uma e três tarefas, tamanho insuficiente para a manutenção de uma família.

A área de cima foi destinada para uso coletivo das famílias, divididas em três grupos. Na época da parceria com a UFS os três grupos se revezavam no uso da terra coletiva. Atualmente, a divisão das áreas e de grupos é mantida, porém agora são dois grupos (um se desfez). Cada um possui cerca de 15 pessoas, que plantam principalmente milho, mandioca (macaxeira), feijão, cana-de-açúcar e banana. Homens e mulheres trabalham juntos. **Os jovens e as crianças participam de todas as etapas de plantio, da preparação até a colheita e o beneficiamento, aprendendo e encenando os aprendizados nas suas brincadeiras.**



Crianças brincando de bonecos-soldados que defendem sua criação de porcos

Em parceria com a Secretaria de Obras do Estado de Sergipe, a casa de farinha foi reformada e permanece em uso. No processo de fabricação de farinha, a mandioca é descascada e *relada* (triturada). Depois de se tornar uma polpa homogênea, é colocada em sacas para ser prensada, retirando a *manipueira*. Em seguida, a mandioca é novamente *relada* para ir ao forno e passar pela peneira. Peneirando, separa-se a farinha do *goloro*, que é a parte grossa. O *goloro* é novamente triturado para que se torne também farinha. Quando pronta,



Casa de farinha

é ensacada. As famílias reservam um volume necessário para garantir seu consumo e 20% vão para a Associação Quilombola. O restante é vendido na feira. A *manipueira* é reutilizada para fazer tapioca por meio da decantação e filtragem, e assim evitar que seu descarte polua as águas e o solo. Enquanto as mulheres descascam a mandioca, os homens prensam a polpa, cuidam de acender os fornos a lenha, entre outras coisas que forem necessárias para a preparação da farinha. Os tipos de mandioca mais usados para a preparação da farinha são: unha, caravela, macaxeira rosa, branca e aipim.

Os quilombolas de Pirangi produzem alimentos orgânicos vendidos em feiras de Aracaju toda primeira quinta-feira do mês. Os outros produtos são vendidos na feira de Capela, que acontece todas as segundas-feiras.

## A religiosidade

A religiosidade predominante na Comunidade Quilombola Pirangi é o candomblé, mas são também católicos e protestantes. Existem dois terreiros de candomblé em Pirangi. Um fica nos fundos da casa de Dona Dulce, uma importante referência religiosa da comunidade. Ela explica que não é exatamente mãe de santo e sim *abiã*. Contudo, a maioria dos frequentadores pede sua bênção como madrinha. “Nós somos feitos por Deus”, diz Dona Dulce. “Só trabalho com quem é feito. Não corto.” Seu João Sabino, frequentador do terreiro de Dona Dulce, diz: “Gosto de brincar de xangô, de igreja, de tudo... Tem uma coisa que nasceu comigo. Ninguém botou em mim. Ele já nasceu comigo, é meu mesmo”. Seu Jorge, marido de Dona Dulce, é o ogã do terreiro e faz, com seu neto Washington, rezas para a cura de doenças.

No terreiro de Dona Dulce trabalha-se com a *direita*, os Orixás e Preto Velho, e com a *esquerda*, os Exus, Marujos, Ciganos e Tranca Ruas. Ela explica que não faz trabalhos para a esquerda, mas precisa “dar de comer e beber” para que eles não atrapalhem o funcionamento do terreiro. O terreiro trabalha com a *linha branca*: Jurema,



Oxossi, Preto Velho, Marujo, Ogum, Iansã, Santa Bárbara, Boiadeiro, Nagô, “povo da rua”, “escravos”, índios, Oxum e Iemanjá. E a *linha vermelha* com: Zé Pilintra, Cigana Sete Saias, Marabô (os exus).

Uma das maiores festividades do terreiro de Dona Dulce é o *caruru de Cosme e Damião*, em setembro. Além disso, são feitas as *puxadas* duas vezes por mês, aos sábados.

Conta-se que antigamente se faziam grandes festas em comemoração às boas colheitas e arrecadações. Nessas ocasiões havia muito samba de coco e samba de roda.

Na comunidade, usa-se com frequência os chamados *remédios do mato*, na forma de chás ou *lambedores* tendo por base plantas como capim santo, manjerição, folha de mangueira e vários outros.

Esta narrativa foi escrita por Mariana Gonçalves Frizero, com base no Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território da Comunidade Quilombola de Pirangi (Capela-SE), elaborado em 2011 por Christiane Rocha Falcão, e no Relatório do Levantamento Fundiário do Território da Comunidade Quilombola de Pirangi elaborado por Geraldo Freitas Souza, Francisco Carlos de Abreu Souza, Tânia Cabral Aciole Bomfim e Benedita da Silva. Todas as fotos são do Relatório Antropológico. Informações sobre João Mulungu foram obtidas no site <https://sites.google.com/site/severodacelino/jo%C3%A3omulungu>.

# Uma palavra da comunidade Pirangi

Nossa principal conquista aqui em Pirangi foi o título de parte de nossas terras. Ainda não recebemos tudo, mesmo sendo protocolada e certificada. Temos lutado muito para que a comunidade se fortaleça sempre, pois a terra quilombola não se divide, mais as pessoas infelizmente não se unem como deveriam. Meu maior sonho, estando na associação, é que todos se unam, para que vivamos fortalecidos. Quando o governo entregar o título de posse da terra, ele entregará para a Associação, para o grupo. Estou desde 2002 como presidente da associação, e essa tem sido nossa luta, pois a Associação somos nós e se ficarmos juntos, apoiando um ao outro, a luta sempre será mais forte.

Quando recebemos a terra tínhamos apenas um trator velho, e com recursos próprios o mantemos. Parece que vivemos como “peba”, cavando buracos na terra com as próprias unhas. Nossa situação agora é um pouco diferente, pois firmamos uma parceria com a Prefeitura e tivemos um curso sobre hortaliças. Hoje cultivamos coentro, salsa, espinafre, mandioca, milho, feijão, dentre outras. Plantamos para nosso consumo e, o restante da produção, vendemos nas feiras livres da cidade. Nossas famílias, em sua grande maioria, trabalham nos canaviais e nas usinas de açúcar. Os nossos filhos não querem lutar com a terra, dessa forma vão para a capital trabalhar em outro setor. Quando recebermos toda nossa terra, poderemos ter outros tipos de plantação, um pouco mais de pecuária, cada um com suas reses, e assim melhorando a vida da comunidade e a renda de todos.

Esta palavra sobre a comunidade de Pirangi foi construída com os relatos do senhor Ednaldo dos Santos representante da comunidade de Pirangi, Remanescente de Quilombola, Capela/SE, com a colaboração de Marilene Ribeiro.

# Projeto Formulação de uma Linguagem Pública Sobre Comunidades Quilombolas

PARCERIA	INCRA/CGPCT/NEAD; UFMG/OJB, CERBRAS
COORDENAÇÃO GERAL	Lilian C. B. Gomes, Juarez Rocha Guimarães, Maria Consolação Lucinda, Leonardo Avritzer, Rodrigo Ednilson de Jesus
CONCEPÇÃO DE TEXTO, EDIÇÃO FINAL E SUPERVISÃO	Fernanda de Oliveira, Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Soares Campos e Carlos Eduardo Marques
CONSULTA ÀS COMUNIDADES	Aline Neves Rodrigues Alves, Marilene Ribeiro
ADMINISTRAÇÃO	Agnaldo P. Ferreira Júnior, Priscila Z. Martins, Danúbia Zanetti
MAPAS E FOTOGRAFIAS	Alexander Cambraia N. Vaz
PROJETO GRÁFICO	Paulo Schmidt

F921qp Frizero, Mariana Gonçalves  
Quilombo Pirangi / Mariana Gonçalves Frizero. - Belo Horizonte : FAFICH,  
2016.

16 p. (Terras de quilombos)  
Baseado no Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do  
Território Quilombola de Christiane Rocha Falcão.

1. Quilombos. 2. Antropologia. 3. Falcão, Christiane Rocha. Relatório  
antropológico de reconhecimento e delimitação do território quilombola.  
I. Título. II. Série.

CDD:306

CDU:39

MICHEL TEMER  
Presidente da República

ELISEU PADILHA  
Ministro da Casa Civil

JOSÉ RICARDO RAMOS ROSENO  
Secretário Especial de Agricultura Familiar  
e Desenvolvimento Agrário

JEFFERSON CORITEAC  
Secretário Executivo Adjunto

CARLOS EDUARDO OLIVEIRA BOVO  
Diretor do Núcleo de Estudos Agrários e  
Desenvolvimento Rural - NEAD

WILLY GUSTAVO DE LA PIEDRA MESONES  
Coordenador do Núcleo de Estudos  
Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD

LEONARDO GÓES SILVA  
Presidente do Instituto Nacional de  
Colonização e Reforma Agrária - Incra

ROGÉRIO PAPALARDO ARANTES  
Diretor de Ordenamento da Estrutura  
Fundiária - Incra

ISABELLE ALLINE LOPES PICELLI  
Coordenadora Geral de Regularização  
de Territórios Quilombolas - Incra

GUILHERME MANSUR DIAS  
JULIA MARQUES DALLA COSTA  
Coordenação Executiva do Projeto

SERVIÇOS QUILOMBOLAS  
Apoio técnico – Superintendências do  
Incra nos estados

## A Coleção Terras de Quilombos reúne um conjunto de

narrativas a respeito da formação, do modo de vida e das lutas travadas por comunidades quilombolas brasileiras para se manter em seus territórios tradicionais. Em cada livreto, uma comunidade quilombola é apresentada em sua singularidade.

Ao todo, a Coleção oferece um panorama da diversidade de trajetórias vividas por ex-escravizados – incluindo por vezes indígenas e grupos em outras situações sociais – para conquistar a sua independência e se estabelecer na terra autonomamente. O fato de terem sido deixados à própria sorte após a Abolição resultou em uma multiplicidade de caminhos percorridos para conseguirem consolidar os seus territórios. Foram muitos os modos como ocuparam as suas terras e distintas as maneiras como formaram as suas comunidades, enfrentando todo tipo de desafios para se relacionarem livremente com seu entorno.

O conceito de quilombo esteve associado ao período da colônia e do império. Com a Abolição, os quilombos deixaram de ser mencionados, como se o fim de quatro séculos de escravidão significasse a garantia de liberdade. No entanto, os quilombolas continuaram e continuam a lutar para reproduzir seus modos de criar, fazer e viver, resistindo às dificuldades, injustiças e preconceções legadas pelo período escravocrata. São essas as histórias narradas nesta Coleção. São histórias do Brasil vistas pelo prisma de quem, com suas tradições, formas de vida, religiosidades e respeito à terra, enriquece o mosaico da sociodiversidade brasileira.

UFMG



SECRETARIA ESPECIAL DE  
AGRICULTURA FAMILIAR E DO  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CASA CIVIL

